

14. Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, em sequência das alterações legislativas sofridas, nomeadamente ao nível da organização operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil através do Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11-07. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 49568

Data: 20/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil**PROPOSTA:**

Nos termos da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, bem como pela Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro (que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal), na sua redação atual, determinam a existência, em cada município, de uma Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), que assegure que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção, socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Assim, aos 28 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil (em anexo – DOCUMENTO 1).

No entanto, na sequência das alterações legislativas sofridas, nomeadamente ao nível da organização operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; a criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde, através do Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11-07; a extinção, em outubro de 2023, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre outros, importa adequar o Regulamento em vigor às determinações atuais, aproveitando para fazer alguns ajustes, que, após aprovação da CMPC, será remetido à Câmara Municipal de Braga, para que sejam encetadas as devidas diligências para aprovação formal do Regulamento.

Torna-se assim necessário proceder à aprovação em sede de Assembleia Municipal, a alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, relativamente aos artigos 4º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º, 15º e renumerar outros, de acordo com documento em anexo (DOCUMENTO 2).

O Vereador da Câmara Municipal de Braga

Anexos:

1. Documento 1 – Regulamento da CMPC aprovado em 28/04/2017;
2. Documento 2 – Proposta de alteração ao Regulamento da CMPC;
3. Documento 3 – Ata nº 10 da CMPC de 28 de abril de 2024, aprovação da alteração ao Regulamento

Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga

ATA N.º 10

---- Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas onze horas e cinco minutos, reuniu por videoconferência a Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga, na sequência de convocatória previamente remetida com a seguinte ordem e trabalhos: -----

Ponto 1 – Apresentação e aprovação da alteração do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

Ponto 2 – Emissão de parecer para a constituição da Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira; --

Ponto 3 – Outros assuntos de interesse; -----

---- Presidiu a esta reunião o Vereador com o pelouro da área da proteção civil, Eng. Altino Bessa, o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Arq. Vítor Azevedo, o representante da Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais, Eng. Joaquim Gomes, o Comandante da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga, Comdt. Nuno Osório, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Braga, Comdt. Pedro Ribeiro, o representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, Enf. Tiago Silva, o representante da Unidade de Saúde Pública Municipal, Dr. Pedro Pereira, o representante da Polícia de Segurança Pública, Subcomissário Filipe Silva, o representante da Guarda Nacional Republicana, Capitão Mário Abreu, o representante do Regimento de Cavalaria 6, Tenente-Coronel Costa Pereira, representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, Capitão António Ferreira, a comandante da Polícia Municipal de Braga, Comdt. Andreia Parente, a representante da Unidade Local de Saúde de Braga, Enf. Sílvia Oliveira e o representante dos Serviços da Segurança Social, Dr. João Ferreira. -

---- A reunião iniciou-se às onze e dez minutos, tendo o senhor Vereador da Câmara Municipal, Eng. Altino Bessa, apresentado os cumprimentos e agradecendo aos presentes a comparência nesta reunião. De seguida fez uma breve introdução, destacando a crescente importância da divisão de proteção civil, e também o facto de os Bombeiros Sapadores de Braga recrutarem mais 29 bombeiros. O Senhor Vereador informou que esta ação é parte dos esforços contínuos para fortalecer a corporação de bombeiros e continuar a melhorar os serviços de emergência na cidade.

---- Pelas onze horas e quinze minutos, deu-se início à ordem de trabalhos, tendo o senhor Vereador passado a palavra ao Coordenador Municipal de Proteção Civil (CORMPC), Arq. Vitor Azevedo. -----

---- Após a chamada à ordem, deu-se início à discussão do primeiro ponto de agenda: apresentação e aprovação da alteração do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil. O CORMPC informou a necessidade de proceder à revisão e alteração dos seguintes artigos do regulamento: 4º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º e 15º, além da necessária renumeração de outros artigos. -----

----- Terminada a apresentação deste primeiro ponto da ordem de trabalhos o CORMPC passou a palavra ao Sr. Vereador que, de seguida, colocou à votação da comissão municipal de proteção civil a alteração dos artigos do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo obtido aprovação por unanimidade.

----- De seguida passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos: Emissão de parecer para a constituição da Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira. -----

Foi apresentada a Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira. O CORMPC salientou que a unidade local de proteção civil em articulação com a Divisão de Proteção Civil da Câmara Municipal de Braga (CMB-DPC) tem como missão apoiar e executar a política local, nomeadamente na prevenção de acidentes graves ou catástrofes, promovendo a proteção e socorro das populações, dos bens e do património da freguesia de Palmeira. -----

----- Terminada a apresentação deste segundo ponto da ordem de trabalhos, o CORMPC passou a palavra ao Sr. Vereador que reforçou a importância da constituição destas unidades locais pela proximidade à população local. De seguida passou a palavra aos presentes para que apresentassem contributos ou dúvidas. O Comandante dos Bombeiros Sapadores de Braga, Nuno Osório, reforçou a importância das Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) terem formação de 1ª intervenção. O Comandante enfatizou que esta formação é essencial para garantir uma resposta eficaz e rápida a situações de emergência, permitindo que os membros das unidades locais atuem de forma segura e coordenada. -----

---- O CORMPC destacou o compromisso da Divisão Municipal de Proteção Civil em fornecer suporte abrangente às ULPC, incluindo a organização e a disponibilização de formações adequadas para garantir a preparação e a capacidade de resposta em situações de emergência, estando inclusive prevista nos próximos dias, a frequência por parte dos voluntários das ULPC com kit de 1ª intervenção de uma ação de treino operacional para 1º COS, promovida pelo Comando Sub-Regional da ANEPC, para além de outras ações previstas e a desenvolver pela DPC.

---- Na continuidade da discussão, a Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta salientou que é comunicado às equipas que apenas devem realizar a primeira intervenção junto às habitações e que é reforçada a importância de agirem com a devida precaução. Esta orientação visa garantir a segurança das equipas durante as operações de primeira intervenção. -----

---- O Sr. Vereador colocou à votação da comissão municipal de proteção civil a constituição desta nova unidade local de proteção civil, tendo obtido aprovação por unanimidade.

---- Seguidamente passou-se ao ponto número três da ordem de trabalhos: outros assuntos de interesse. -----

---- Não tendo sido apresentado nenhum assunto a discussão, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ACTA, que vai ser assinada por todos os presentes. -----

----- Esta ACTA avulsa é composta por três folhas e cinco páginas, devidamente numeradas e rubricadas. -----

O presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil,

Vereador Eng.º Altino Bessa

O Coordenador Municipal de Proteção Civil

Arquiteto Vítor Azevedo

O representante da Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais

Joaquim Gomes

O representante dos Bombeiros Sapadores de Braga

Comandante Nuno Osório

O representante dos Bombeiros Voluntários de Braga

Comandante Pedro Ribeiro

Representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa

Tiago Silva

O representante da Polícia de Segurança Pública

Subcomissário Filipe Silva

O representante da Guarda Nacional Republicana

Capitão Mário Abreu

O representante do Regimento de Cavalaria nº 6

Tenente-Coronel Costa Pereira

Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga



Capitão António Ferreira

O representante da Polícia Municipal de Braga

Comandante Andreia Parente

O representante da Unidade de Saúde Local de Braga

Enf. Sílvia Oliveira

O representante dos Serviços de Segurança Social

Dr. João Ferreira
João Ferreira

O representante da Unidade de Saúde Pública Municipal

Dr. Pedro Pereira

Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil

PREÂMBULO

A Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 03 de Agosto, bem como a Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro (que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal), determinam a existência em cada município de uma Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), que assegure que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção, socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Para a prossecução dos seus objetivos e para o exercício das suas competências, a Comissão Municipal de Proteção Civil deve dispor de um Regulamento de funcionamento, onde se estabeleçam regras mínimas de organização e composição, bem como de articulação com as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às ações de Proteção civil. Nestes termos, considerando o poder regulamentar próprio conferido às autarquias locais, pelo disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Braga propõe à Assembleia Municipal de Braga que aprove o seguinte Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

(Objeto)

O presente Regulamento tem por objeto regulamentar a instalação, organização, composição e funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga, adiante designada por CMPC.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Artigo 2º

(Âmbito)

A CMPC é um organismo municipal, que assegura a articulação entre todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de Proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, garantindo os meios considerados necessários, adequados e proporcionais à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

CAPÍTULO II

Competências

Artigo 3º

(Competências da CMPC)

Compete à CMPC o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) Solicitar a atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Braga (PMEPCP), acompanhar a sua execução, e remetê-lo para aprovação, pela Comissão Nacional de Proteção Civil;
- b) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de Proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- c) Determinar o acionamento do plano, quando tal se justifique, e por proposta do Presidente da CMPC;
- d) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de Proteção civil;
- e) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

CAPÍTULO III

Organização e Funcionamento

SECÇÃO I

Organização

Artigo 4º

(Composição)

Integram a CMPC de Braga:

- a) Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou o Vereador com a competência delegada, que preside;
- b) Coordenador Municipal de Proteção Civil de Braga;
- c) Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais, ou seu substituto;
- d) Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, ou seu substituto;
- e) Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, ou seu substituto;
- f) Representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa;
- g) Comandante da PSP de Braga, ou seu substituto;
- h) Comandante da GNR de Braga, ou seu substituto;
- i) Representante do SEF;
- j) Representante da PJ;
- k) Comandante do RC6, ou seu substituto;
- l) Representante do órgão executivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga;
- m) Coordenador da unidade de saúde pública municipal, ou seu substituto;
- n) Coordenador da Polícia Municipal de Braga, ou seu substituto;

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

- o) Diretor do Hospital de Braga, ou seu substituto;
- p) Diretor Executivo do Agrupamento dos Centro de Saúde, ou seu substituto;
- q) Representante dos Serviços de Segurança Social;
- r) Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica;
- s) Representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;
- t) Representante por cada uma das entidades e serviços implantados no Município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do concelho de Braga, contribuir para as ações de Proteção Civil.

Artigo 5º

(Subcomissões Permanentes e Unidades Locais)

1. Por deliberação da CMPC podem ser criadas subcomissões permanentes nas áreas de riscos naturais e de riscos tecnológicos.
2. A criação de subcomissões permanentes na área dos riscos naturais têm como objetivo o acompanhamento contínuo de situações e ações de Proteção civil, nomeadamente nas seguintes áreas:
 - a) Sismos e acidentes geomorfológicos;
 - b) Precipitações Intensas, Cheias e Trovoadas;
 - c) Nevões e Vagas de Frio;
 - d) Secas e Ondas de Calor;
 - e) Ciclones e Tornados;
 - f) Incêndios Florestais, devendo esta articular a sua atividade com a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - g) Outros.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

3. A criação de subcomissões permanentes na área dos riscos tecnológicos tem como objeto o acompanhamento contínuo de situações e ações de Proteção civil, nomeadamente nas seguintes áreas:

- a) Substâncias perigosas em indústrias e armazenagem;
- b) Transporte de mercadorias perigosas;
- c) Gasodutos e oleodutos;
- d) Emergências radiológicas;
- e) Ameaças NRBQ - Agentes químicos e biológicos;
- f) Energia Elétrica, redes de muita alta tensão, aéreas ou subterrâneas;
- g) Incêndios estruturais;
- i) Outros.

4. Por deliberação da CMPC podem ainda ser criadas unidades locais de Proteção civil, respetiva constituição e tarefas, ponderando fatores de população e exposição potencial a riscos naturais ou tecnológicos e o teor dos planos de emergência vigentes.

5. As unidades locais devem corresponder ao território das freguesias e serão obrigatoriamente presididas pelo Presidente da Junta de Freguesia respetiva.

Artigo 6º

(Mandato)

O Mandato da CMPC corresponde, em termos temporais, ao mandato da Autoridade Municipal de Proteção Civil.

Artigo 7º

(Presidência)

1. A CMPC é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou vereador com competência delegada.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

2. Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justificarem.
3. O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por um secretário, designado de entre os membros permanentes da Comissão.

Artigo 8º

(Presidente da Câmara Municipal)

1. O Presidente da Câmara Municipal é a Autoridade Municipal de Proteção Civil.
2. O Presidente da Câmara Municipal é competente para declarar a situação de alerta de âmbito municipal e é ouvido pelo Comandante Operacional Distrital de Braga da Autoridade Nacional de Proteção Civil, para efeito da declaração da situação de alerta de âmbito distrital, quando estiver em causa a área do respetivo município.

SECÇÃO II

Funcionamento

Artigo 9º

(Funcionamento da CMPC)

1. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma ordinária, no mínimo, duas vezes por ano.
2. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma extraordinária sempre que considerado necessário.
3. A Comissão pode ainda reunir extraordinariamente a pedido de um terço dos seus membros, devendo, neste caso, o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseje ver tratado.
4. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 10 dias, constando da respectiva convocatória o dia e hora em que a mesma se realizará.
5. As reuniões realizam-se no edifício dos Paços do Concelho ou noutro local deliberado pela Comissão.

Artigo 10º

(Ordem do dia)

1. Cada reunião terá uma ordem do dia estabelecida pelo Presidente.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na competência deste órgão, e o pedido seja apresentado por escrito com antecedência mínima de 3 dias sobre a data da convocação da reunião.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros da Comissão com a antecedência de, pelo menos, 5 dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária poderá haver um período de antes da ordem do dia, que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

Artigo 11º

(Quórum)

1. A CMPC só pode reunir quando esteja presente a maioria dos membros que a compõem com cariz de permanência.
2. Passados 30 minutos o Presidente iniciará a reunião desde que esteja presente um terço dos seus membros com cariz de permanência.
3. A CMPC quando convocada de forma extraordinária pelo Presidente e na ocorrência ou eminência de acidente grave ou catástrofe, pode reunir com qualquer número de membros, desde que estejam presentes, obrigatória e cumulativamente:
 - a) Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou o Vereador com a competência delegada, que preside;
 - b) Coordenador Municipal de Proteção Civil de Braga;
 - c) Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais, ou seu substituto;
 - d) Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, ou seu substituto;
 - e) Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, ou seu substituto;
 - f) Comandante da PSP de Braga, ou seu substituto;
 - g) Comandante da GNR de Braga, ou seu substituto;
 - h) Coordenador da Polícia Municipal de Braga, ou seu substituto;
 - i) Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Artigo 12º

(Deliberações)

As deliberações da CMPC só serão consideradas válidas se tomadas por maioria dos membros presentes.

Artigo 13º

(Ata das reuniões)

1. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As minutas das atas são postas à aprovação de todos os membros no final de cada reunião e a respetiva ata no início da seguinte.
3. As atas serão elaboradas sob responsabilidade do secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente.
4. Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata donde conste ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 14º

(Casos omissos)

Os casos omissos não previstos no presente regulamento serão resolvidos em reunião da CMPC.

Artigo 15º

(Vacatio Legis)

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à sua publicação.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Assunto: REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a **Lei de Bases da Proteção Civil**, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, bem como pela Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro (que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal), na sua redação atual, determinam a existência, em cada município, de uma **Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)**, que assegure que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção, socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Assim, aos 28 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil (em anexo – **DOCUMENTO 1**).

2. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO - fundamentação

No entanto, na sequência das alterações legislativas sofridas, nomeadamente ao nível da organização operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; a criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde, através do Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11-07; a extinção, em outubro de 2023, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre outros, importa adequar o Regulamento em vigor às determinações atuais, aproveitando para fazer alguns ajustes, que, após aprovação da CMPC, será remetido à Câmara Municipal de Braga, para que sejam encetadas as devidas diligências para aprovação formal do Regulamento.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Torna-se assim necessário proceder à alteração aos artigos 4º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º, 15º e renumerar outros.

3. ARTIGOS A ALTERAR

Artigo 4º

Composição

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Integram a CMPC de Braga:	
a) Presidente da Câmara Municipal de Braga ou o Vereador com a competência delegada, que preside;	<input checked="" type="checkbox"/>
b) Coordenador Municipal de Proteção Civil;	<input checked="" type="checkbox"/>
c) Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais, ou seu substituto;	<input checked="" type="checkbox"/>
d) Comandante da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga, ou seu substituto;	<input checked="" type="checkbox"/>
e) Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, ou seu substituto;	<input checked="" type="checkbox"/>
f) Representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa;	<input checked="" type="checkbox"/>
g) Comandante da PSP de Braga, ou seu substituto;	<input checked="" type="checkbox"/>
h) Comandante da GNR de Braga, ou seu substituto;	<input checked="" type="checkbox"/>
i) Representante do SEF;	(eliminar)
j) Representante da PJ;	i) Representante da PJ;
k) Comandante do RC6, ou seu substituto;	j) Comandante do RC6, ou seu substituto;
l) Representante do órgão executivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga;	k) Representante do órgão executivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga;
m) Coordenador da unidade de saúde pública municipal, ou seu substituto;	l) Autoridade Local de Saúde , ou seu substituto;
n) Coordenador da Polícia Municipal de Braga, ou seu substituto;	m) Comandante da Polícia Municipal, ou seu substituto;
n) Diretor do Hospital de Braga, ou seu substituto;	n) Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E. , ou seu substituto;
o) Diretor Executivo do Agrupamento dos Centros de Saúde, ou seu substituto;	

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

q) Representante dos Serviços de Segurança Social;	o) Representante do Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Braga , ou seu substituto;
r) Representante do Instituto Nacional de Emergência médica;	p) Representante do Instituto Nacional de Emergência médica;
s) Representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;	q) Representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;
t) Representante por cada uma das entidades e serviços implantados no Município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do concelho de Braga, contribuir para as ações de Pro de Proteção Civil.	r) Representante por cada uma das entidades e serviços implantados no Município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do concelho de Braga, contribuir para as ações de Pro de Proteção Civil.

Artigo 6º

Mandato

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
O Mandato da CMPC corresponde, em termos temporais, ao mandato da Autoridade Municipal de Proteção Civil.	O Mandato da CMPC corresponde, em termos temporais, ao mandato autárquico .

Artigo 8º

Presidente da Câmara Municipal

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
	Eliminar.

Artigo 9º

Funcionamento da CMPC

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 8º	Artigo 9º
1. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma ordinária, no mínimo, duas vezes por ano.	<input checked="" type="checkbox"/>
2. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma extraordinária sempre que considerado necessário.	<input checked="" type="checkbox"/>

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

3. A Comissão pode ainda reunir extraordinariamente a pedido de um terço dos seus membros, devendo, neste caso, o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseje ver tratado.	<input checked="" type="checkbox"/>
4. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, constando da respetiva convocatória o dia e hora em que a mesma se realizará.	<input checked="" type="checkbox"/>
5. As reuniões realizam-se no edifício dos Paços do Concelho ou noutro local deliberado pela Comissão.	5.As reuniões, quando presenciais , realizam-se no edifício da Proteção Civil Municipal ou noutro local designado pelo Presidente e devidamente indicado na convocatória .
	6.As reuniões podem também realizar-se em sistema de videoconferência, devendo essa modalidade ser indicada na convocatória.

Artigo 10º

Ordem do dia

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 10º	Artigo 9º
1. Cada reunião terá uma ordem do dia estabelecida pelo Presidente.	<input checked="" type="checkbox"/>
2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na competência deste órgão, e o pedido seja apresentado por escrito com antecedência mínima de 3 dias sobre a data	2.O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na competência deste órgão, e o pedido seja apresentado

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

da convocação da reunião.	por escrito com antecedência mínima de 4 dias sobre a data da convocação da reunião.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros da Comissão com a antecedência de, pelo menos, 5 dias sobre a data da reunião.	3.A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros da Comissão com a antecedência de, pelo menos, 3 dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária poderá haver um período de antes da ordem do dia, que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.	<input checked="" type="checkbox"/>

Artigo 11º

Quórum

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 11º	Artigo 10º
1.	<input checked="" type="checkbox"/>
2.	<input checked="" type="checkbox"/>
3. a), b), c), d), e), f), g), i)	<input checked="" type="checkbox"/>
3. h) Coordenador da Polícia municipal de Braga, ou seu substituto;	h) Comandante da Polícia municipal de Braga, ou seu substituto;

Artigo 12º

Deliberações

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 12º	Artigo 11º

Artigo 13º

Ata das reuniões

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 13º	Artigo 12º

Artigo 14º

Casos omissos

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 14º	Artigo 13º

Artigo 15º

Vacatio legis

ANTERIOR REDAÇÃO	NOVA REDAÇÃO
Artigo 15º	Artigo 14º
Vacatio legis	Entrada em vigor

4. PROPOSTA DE VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

(Objeto)

O presente Regulamento tem por objeto regulamentar a instalação, organização, composição e funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga, adiante designada por CMPC.

Artigo 2º

(Âmbito)

A CMPC é um organismo que assegura a articulação entre todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, garantindo os meios considerados necessários, adequados e proporcionais à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

CAPÍTULO II

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Competências

Artigo 3º

(Competências da CMPC)

Compete à CMPC o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) Emitir parecer sobre os planos de emergência de proteção civil;
- b) Dar parecer sobre o acionamento dos planos municipais de emergência de proteção civil;
- c) Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de Proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- d) Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de Proteção civil;
- e) Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais, que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- f) Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

CAPÍTULO III

Organização e Funcionamento

SECÇÃO I

Organização

Artigo 4º

(Composição)

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.



Integram a CMPC de Braga:

- a) Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou o Vereador com competência delegada, que preside;
- b) Coordenador Municipal de Proteção Civil de Braga;
- c) Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais, ou seu substituto;
- d) Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, ou seu substituto;
- e) Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, ou seu substituto;
- f) Representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa;
- g) Comandante da PSP de Braga, ou seu substituto;
- h) Comandante da GNR de Braga, ou seu substituto;
- i) Representante da PJ;
- j) Comandante do RC6, ou seu substituto;
- k) Representante do órgão executivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga;
- l) Autoridade Local de Saúde, ou seu substituto;
- m) Comandante da Polícia Municipal de Braga, ou seu substituto;
- n) Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Braga, E.P.E., ou seu substituto;
- o) Representante do Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Braga, ou seu substituto;
- p) Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica;
- q) Representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;
- r) Representante por cada uma das entidades e serviços implantados no Município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do concelho de Braga, contribuir para as ações de Proteção Civil.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Artigo 5º

(Subcomissões Permanentes e Unidades Locais)

1. Por deliberação da CMPC podem ser criadas subcomissões permanentes nas diversas áreas de riscos existentes no concelho;
2. A criação de subcomissões permanentes tem como objetivo o acompanhamento contínuo de situações e ações de Proteção Civil, nomeadamente nas seguintes áreas:
 - a) Sismos e acidentes geomorfológicos;
 - b) Precipitações Intensas, Cheias e Trovoadas;
 - c) Nevões e Vagas de Frio;
 - d) Secas e Ondas de Calor;
 - e) Ciclones e Tornados;
 - f) Incêndios Rurais, devendo esta articular a sua atividade com a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
 - g) Substâncias perigosas em indústrias e armazenagem;
 - h) Transporte de mercadorias perigosas;
 - i) Gasodutos e oleodutos;
 - j) Ameaças NRBQ - Agentes radiológicos, biológicos e químicos;
 - k) Energia Elétrica, redes de muita alta tensão, aéreas ou subterrâneas;
 - l) Incêndios estruturais;
 - m) Outras situações que impliquem elevado empenhamento institucional e operacional e que representem risco para pessoas, bens e ambiente.
3. Por deliberação das Juntas de Freguesia, podem ainda ser criadas Unidades Locais de Proteção Civil, respetiva constituição e tarefas, ponderando fatores de população e exposição potencial a riscos naturais ou tecnológicos e o teor dos planos de emergência vigentes, mediante parecer vinculativo da CMPC.

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

4. As ULPC são presididas pelo respetivo Presidente da Junta de Freguesia.
5. As freguesias limítrofes podem agrupar-se para a constituição de ULPC, sendo designado presidente um dos presidentes das juntas de freguesia que a constituem.

Artigo 6º

(Mandato)

O Mandato da CMPC corresponde, em termos temporais, ao mandato autárquico.

Artigo 7º

(Presidência)

1. A CMPC é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou vereador com competência delegada.
2. Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda suspendê-las ou encerrá-las antecipadamente, quando circunstâncias excecionais o justifiquem.
3. O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por um secretário, designado de entre os membros permanentes da Comissão.

SECÇÃO II

Funcionamento

Artigo 8º

(Funcionamento da CMPC)

1. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma ordinária, no mínimo, duas vezes por ano.
2. A Comissão reunirá, por iniciativa do Presidente, de forma extraordinária sempre que considerado necessário.
3. A Comissão pode ainda reunir extraordinariamente a pedido de um terço dos seus membros, devendo, neste caso, o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseje ver tratado.
4. As reuniões ordinárias são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, constando da respetiva convocatória o dia e hora em que a mesma se realizará.
5. As reuniões, quando presenciais, realizam-se no edifício da Proteção Civil Municipal ou noutro local designado

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

pelo Presidente e devidamente indicado na convocatória.

6. As reuniões podem também realizar-se em sistema de videoconferência, devendo essa modalidade ser indicada na convocatória.

Artigo 9º

(Ordem do dia)

1. Cada reunião terá uma ordem do dia estabelecida pelo Presidente.
2. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na competência deste órgão, e o pedido seja apresentado por escrito com antecedência mínima de 4 dias sobre a data da convocação da reunião.
3. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros da Comissão com a antecedência de, pelo menos, 3 dias sobre a data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária poderá haver um período de antes da ordem do dia, que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

Artigo 10º

(Quórum)

1. A CMPC só pode reunir quando esteja presente a maioria dos membros que a compõem com cariz de permanência.
2. Passados 30 minutos o Presidente iniciará a reunião desde que esteja presente um terço dos seus membros com cariz de permanência.
3. A CMPC quando convocada de forma extraordinária pelo Presidente e na ocorrência ou eminência de acidente grave ou catástrofe, pode reunir com qualquer número de membros, desde que estejam presentes, obrigatória e cumulativamente:
 - a) Presidente da Câmara Municipal de Braga, ou o Vereador com a competência delegada, que preside;
 - b) Coordenador Municipal de Proteção Civil de Braga;
 - c) Diretor Municipal de Obras e Serviços Municipais, ou seu substituto;
 - d) Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, ou seu substituto;

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

- e) Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga, ou seu substituto;
- f) Comandante da PSP de Braga, ou seu substituto;
- g) Comandante da GNR de Braga, ou seu substituto;
- h) Comandante da Polícia Municipal de Braga, ou seu substituto;
- i) Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica.

Artigo 11º

(Deliberações)

As deliberações da CMPC só serão consideradas válidas se tomadas por maioria dos membros presentes.

Artigo 12º

(Ata das reuniões)

1. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
2. As minutas das atas são postas à aprovação de todos os membros no final de cada reunião e a respetiva ata no início da seguinte.
3. As atas serão elaboradas sob responsabilidade do secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente.
4. Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata donde conste ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 13º

(Casos omissos)

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Os casos omissos não previstos no presente regulamento serão resolvidos em reunião da CMPC.

Artigo 14º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à sua publicação.

5. NOTA FINAL

A presente alteração foi aprovada em reunião da CMPC, cfr. Ata nº 10, que se anexa, pelo que deverá agora ser desencadeado o procedimento legal e formal, para alteração do Regulamento, com vista à sua aprovação pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal.

O que se propõe.

O Coordenador.

Braga, 20/05/2024

A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.